



Trabalho/Trabajo

Países do Mercosul lançam campanha simultânea contra trabalho infantil

Na quinta-feira (11), às 16h30, os Ministros do Trabalho da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai fizeram o lançamento simultâneo da campanha contra a exploração do trabalho infantil na região. Esta é a primeira vez que os quatro países se juntam para desenvolver ampla campanha publicitária, visando conscientizar e sensibilizar a população sobre os efeitos negativos do trabalho precoce.

A campanha foi desenvolvida com apoio financeiro do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (IPEC/OIT). Ela será veiculada em rádios e TVs. Haverá distribuição de cartazes e adesivos. Para a televisão foi desenvolvido, no Uruguai, um vídeo com imagens dos contrastes existentes entre as crianças que brincam e estudam e aquelas que trabalham.

Estão previstos também, como parte da campanha, dois seminários: um para profissionais da mídia em Foz

Trabalho infantil - Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2002, existem no Brasil cerca de 5,4 milhões de crianças e adolescentes trabalhando na faixa de 5 a 17 anos – destas, 2,1 milhões estão na faixa etária de 5 a 14 anos. A pesquisa mostra ainda que, mesmo diante dessa realidade, o país vem obtendo bons resultados no seu esforço para erradicar o trabalho infantil. No período de 1992 a 2002, no Brasil, houve redução da ordem de 47,78% na taxa de trabalho na faixa de 5 a 14 anos. Em 1992, eram 4.111.217 crianças e adolescentes trabalhando. Este número caiu, em 2002, para 2.146.855.

do Iguazu, Paraná, no dia 18 de março (realizado de forma conjunta com a Argentina e Paraguai), e outro para técnicos governamentais em Brasília, no final do mês.

A questão do trabalho infantil como agenda do Mercosul começou a ganhar destaque na 15ª Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), realizada em 10 de dezembro de 1998, no Rio de Janeiro. Na ocasião, foi aprovada pelos presidentes dos quatro países a "Declaração Sociolaboral do

Mercosul", que contempla em seu art. 6º o compromisso dos Estados-Partes em adotar políticas e ações que conduzam à abolição do trabalho infantil e à elevação progressiva da idade mínima para ingresso no mercado de trabalho. Em janeiro de 2002 os Presidentes da República aprovaram em Olivos uma Declaração Presidencial pela Erradicação do Trabalho Infantil.

Promoção

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG



Programa
Sindical
Regional



Coordenadora de
Centrais Sindicais
do Cone Sul

Edição



Consultoria Econômica Social Integrada- CESI

O novo impulso veio em junho de 2003, na 24ª Reunião Ordinária do Conselho Mercado Comum (CMC), na cidade de Assunção, Paraguai, quando os presidentes dos Estados-Partes destacaram a necessidade de adotar medidas para erradicar o trabalho infantil no âmbito do Mercosul.

Deve-se destacar que a realização da Campanha foi proposta da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil – CETI, organismo da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, que tem tido permanente atuação em todos esses anos de construção do bloco. (CESI, 12/03/04)

Leia notícias sindicais atualizadas diariamente
<http://www.sindicatomercosul.com.br>



Consenso de Copacabana

Lula e Kirchner lançaram a "Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade".

Apesar de posturas diferentes na negociação com o FMI, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Néstor Kirchner, anunciaram ontem, dia 16, que vão atuar em conjunto para que as regras do Fundo não restrinjam investimentos nem afetem o crescimento econômico.

Lula tem sido mais conservador do que Kirchner na negociação com o FMI, mas ontem ambos acordaram que a exigência de superávits primários altos (receitas menos despesas, exceto o pagamento de juros) não pode limitar investimentos em infra-estrutura.

A Argentina acaba de pagar, no último dia 9, uma parcela de US\$ 3,1 bilhões de sua dívida com o FMI. Vai agora negociar, a partir do próximo dia 16, um desconto de 75% de sua dívida de US\$ 88 bilhões com credores privados.

Eles pedem um "tratamento fiscal diferenciado" para as contrapartidas dos empréstimos concedidos por organismos multilaterais – ou seja, que os investimentos feitos em contrapartida também sejam retirados do cálculo para definição de metas de superávit.

Eles também reafirmaram a velha crítica ao sistema protecionista dos países ricos, sem citar os EUA e a União Européia diretamente. O comunicado pede "abertura dos mercados e a eliminação de subsídios". (Folha de São Paulo, 17/03/04)

Del lado argentino, negociaban los ministros Fernández, Roberto Lavagna, el canceller Rafael Bielsa y el subsecretario Eduardo Sigal. Del lado brasileño estuvieron los ministros Palocci y Guido Mantega (de Planificación).

Kirchner y Lula quieren negociar la deuda sin afectar el crecimiento

La cumbre de Copacabana, entre los presidentes Néstor Kirchner y Lula da Silva, terminó con un acuerdo inédito: por primera vez, dos jefes de Estado presionan públicamente para un cambio de las políticas del FMI. Kirchner y Lula advirtieron que la deuda pública sólo podrá ser pagada si se deja margen para el crecimiento económico.

Del mismo modo, subrayaron que es preciso buscar alternativas para que "nuestros países no sufran los efectos de los desequilibrios generados en el mundo desarrollado".

Los seis puntos de la declaración que hablan de la deuda y del crecimiento solo fueron acordados al final del día porque el Ministro de Economía de Brasil, Antonio Palocci, no estaba de acuerdo como se proponía vincular el cálculo del superávit fiscal "con la preservación del crecimiento económico".

Temía por las reacciones de los mercados financieros internacionales. Al final impero la voluntad política de "reforzar la alianza estratégica entre Brasil y Argentina", dijo el Ministro Celso Amorim, Fue lo que inclinó el fiel de la balanza a favor de la declaración sobre la deuda y las demandas de una flexibilización en las políticas del Fondo.

En los próximos 60 días los equipos técnicos de los dos países se van a reunir para presentar una iniciativa concreta sobre el cálculo del superávit fiscal para hacerle a los organismos financieros internacionales. (Clarín, 17/03/04)

El documento

El documento prevé el superávit primario, exigido por el Fondo Monetario Internacional (FMI) en los acuerdos que firma con los países, como garantía de sustentabilidad, pero prioriza el crecimiento económico.

En ese sentido, el texto plantea que las inversiones en infraestructura para el desarrollo no sean contabilizadas como gastos al calcular el superávit primario, lo cual sí se hace actualmente.

Igualmente se aboga porque también tengan incorporado ese tratamiento fiscal las inversiones asociadas a préstamos otorgados por organismos de fomento internacional, como los bancos Mundial e Interamericano de Desarrollo (BID).

También se coincidió en que los procesos de licitación de los organismos de crédito permitan dar tratamiento preferencial a los inversionistas nacionales y regionales, sin perjuicio de los procedimientos de transparencia establecidos.

Asimismo reclaman el establecimiento de una especie de seguro para los países subdesarrollados que neutralice los efectos de choques financieros oriundos de países industrializados.

Lula y Kirchner también decidieron realizar acciones conjuntas por eliminar los subsidios que aplican los países ricos y por abrir nuevos mercados para los productos de sus países.(Argenpress, 17/03/04)

Brasil - Nos dois primeiros meses o Brasil acumulou um saldo comercial de US\$ 3,185 bilhões , um valor 53,6% maior do que o registrado no mesmo período de 2003, apesar do aumento de 15,6% nas importações (US\$ 7,467 bilhões).

Mas as exportações aumentaram num ritmo superior ao das importações e nas primeiras três semanas de fevereiro já havia registrado um saldo de US\$ 1,597 bilhão (nesse período em 2003, o saldo era de US\$ 1,115 bilhão).

O crescimento de mais de 10% nas exportações não deverá, no entanto, garantir um novo superávit recorde para o ano, segundo o próprio ministério, pois as projeções mostram que, ao longo do ano, as importações devem crescer mais do que as exportações.(Folha de São Paulo, 27/02/04)

El comercio en el Mercosur alcanzó un récord histórico en el 2003 - El

intercambio fue de u\$s12.784,3 millones, un 19,6% más que durante el año anterior. Brasil sigue concentrando el más alto porcentaje de participación en el comercio, según el Centro de Estudios Bonaerense .

Las exportaciones intrabloque MERCOSUR alcanzaron los u\$s 12.784,3 millones durante 2003, lo que marcó un aumento de 2.655,4 Millones con respecto a las de 2002, con un crecimiento del 19,6%, según un informe del Centro de Estudios de Estudios Bonaerenses

(CEB). Los datos reflejaron el mayor crecimiento en los últimos 10 años del comercio dentro del bloque comercial.

También ubicaron a Brasil como el líder comercial de la zona, ya que concentró casi el 90% del aporte al incremento en las exportaciones totales intrazona, con u\$s 2.361 millones. Por primera vez en muchos años Brasil tuvo un leve superávit con respecto a la Argentina. Brasil exportó por 4.700 millones a la Argentina y la Argentina exportó por 4.600 millones al Brasil.

Se puede observar estas fluctuaciones en el cambio del real respecto al peso. Las variaciones son mínimas, de uno o dos centavos en el día, van muy parejos. (*Google News, 26/02/04*)



Mercosul Institucional

Mercosul cria órgão para integrar indústria do cinema -

O Mercosul ganha em março um órgão próprio para o setor audiovisual. A medida tem por objetivo integrar as indústrias e mercados cinematográficos dos países membros do bloco - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - e também de seus associados - Bolívia e Chile. A Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais terá entre seus objetivos buscar acordos para a circulação de cópias e equipamentos e promover uma legislação de estímulo a co-produções. (*Estado de São Paulo, 09/03/04*)

O novo órgão será lançado nos dias 14 e 15 de março, em Mar Del Plata, na Argentina, durante seu festival de cinema.



Empresas e setores

Governo Lula formula nova política industrial

Principais pontos

Primeiras medidas

	Setores selecionados	Semicondutores, fármacos, software, bens de capital
1. Modermaq	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos ▪ Prazo ▪ Juros 	Financiamento de bens de capital R\$ 2,5 bilhões Até 60 meses 14,95% a.a.
2. Extensão Industrial Exportadora	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recursos ▪ Objetivo 	Pequenas empresas e clusters R\$ 160 milhões Atender 100 mil empresas em 4 anos
3. Agência Pública de Desenvolvimento Industrial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prazo de implantação 	Atribuições: articular e executar as ações da política industrial segundo semestre de 2004

Durante o anúncio das três primeiras medidas da política industrial, o presidente Lula disse que não faltará dinheiro público para o financiamento de novos investimentos. Como fontes de empréstimo, o presidente citou

o BNDES, cujo orçamento será de R\$ 47,3 bilhões em 2004, a Caixa Econômica Federal, que contará com R\$ 11 bilhões em recursos para investimentos, e o Banco do Brasil, que disporá de R\$ 7,6 bilhões.

Uma das medidas anunciadas foi a de criação de uma agência de desenvolvimento, que deverá reunir as ações e estratégias da política industrial em um único agente. Segundo o ministro Furlan, a agência terá por atribuições o estímulo à obtenção de propriedade intelectual, o aprimoramento dos instrumentos que incentive o surgimento de novas empresas, além da implementação das ações da política industrial.

Modermaq - Um dos sustentáculos da política industrial do governo é o Programa de Modernização Industrial (Modermaq) que destinará R\$ 2,5 bilhões em recursos públicos para financiamento de máquinas e equipamentos. O prazo dos empréstimos será de até 60 meses, com carência de três meses, prestações fixas e um financiamento com taxa de juros de 14,95% ao ano. O Modermaq, que financiará até 90% do bem a ser adquirido, entrará em operação em 30 dias e será gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A segunda medida anunciada ontem foi o Programa de Extensão Industrial Exportadora que será direcionado ao segmento das pequenas empresas. O governo informa que pretende destinar R\$ 160 milhões ao projeto em quatro anos para fazer com que 100 mil empresas de pequeno porte tornem-se capazes de exportar. A ênfase será dada à organização dos arranjos produtivos locais (clusters), que chegam a 350 em todo o País.

A fim de reunir e administrar a implementação dessas e de outras medidas da política industrial que serão anunciadas até o próximo dia 31, o governo decidiu criar uma agência pública de desenvolvimento que ficará ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (*Gazeta Mercantil, 12/03/04*)

Textiles: un acuerdo con Brasil para bajar tensiones

Entre el 2001 y el 2003, las exportaciones textiles desde Brasil se incrementaron el 60%. Con el argumento de proteger a la industria local, en enero, Argentina anunció medidas unilaterales para frenar la "invasión brasileña" que denuncian los textiles locales. Aquella vez se estableció la obligación de solicitar licencias no automáticas para importar productos textiles. En la práctica, esto implicaba trabas y demoras en un trámite que hasta ese momento era simple.

Después de mucho negociar finalmente se llegó a un acuerdo en el sector textil que limita el ingreso de productos brasileños y desarma uno de los principales puntos de conflicto entre los socios del Mercosur.

A partir de una auto-limitación de los empresarios brasileños, se logró un acuerdo que se extiende hasta fin de año y tiene cuatro puntos centrales:

- Elimina las licencias no automáticas para el 95% de los productos
 - Los envíos de telas *denim* (tejido para vaqueros) se reducen un 25% desde los niveles del año pasado, cuando ingresaron 20 millones de metros lineales.
- En los tejidos acrílicos, la reducción será del 28%.
 - En hilados acrílicos se respetarán los precios internacionales para evitar maniobras especulativas y casos de subfacturación.

Así, queda fuera del acuerdo solo un 5% de las importaciones textiles. Se trata de las alfombras, rubro en el que no se llegó a un acuerdo acerca del precio internacional del producto. (*Clarín, 13/03/04*)

otas

92 sindicalistas asesinados en el 2003 de los cuales 87 son afiliados a la CUT-Colombia

Es lamentable para el sindicalismo mundial que en Colombia por ejemplo: desde el gobierno del Doctor Cesar Gaviria (Secretario General de la OEA actualmente) pasando por los gobiernos de Ernesto Samper, Andrés

Pastrana y el actual del Doctor Álvaro Uribe Vélez se haya asesinado a más de 2.000 sindicalistas y la impunidad es del 100%.

Iniciado en Washington la sesión número 119 de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) el gobierno nuevamente trillará diciendo que han disminuido los asesinatos, hoy la CUT y otros organismos podemos probar que durante el año 2003 fueron 92 sindicalistas asesinados de los cuales 87 son afiliados a la CUT

Hoy hay nuevas técnicas de represión por los paramilitares y el gobierno así como la guerrilla violándose una vez más el Derecho Internacional Humanitario-DIH, se dan las figuras de confinamiento a las poblaciones, las amenazas se hacen extensivas a la familia de dirigentes, sólo mostraremos dos ejemplos; Rodolfo Vecino dirigente Nacional de la USO y Domingo Tovar Arrieta Director del Departamento de Derechos Humanos de la CUT y quien ha sido constantemente amenazado y su familia, luego que regreso de una gira por Europa donde denunció la real situación de violación a los Derechos Humanos en Colombia.

En toda esta negra situación para los sindicalistas colombianos, se evidencia la incapacidad histórica del Estado para garantizar el pleno ejercicio de los derechos y libertad sindical.

El presidente Alvaro Uribe se ha ensañado contra el Sindicalismo y los Defensores de Derechos Humanos, de un lado viola tratados y convenciones colectivas, penaliza y criminaliza la protesta social, de otro estigmatiza acusando de terroristas a los defensores de derechos humanos; pero que paradoja que legaliza el paramilitarismo en su afán de mostrar resultados en negociación.

A la fecha son siete (7) los sindicalistas este año, siendo el último sindicalista asesinado el compañero educador Ernesto Rincón Cardenas afiliado a SINDIMAESTROS en Boyacá, esto sucedió el 27 de febrero; de igual forma se plasman atentados contra sindicalistas como es el caso de Oscar Figueroa responsable de la Secretaria de Derechos Humanos de SINTRAEMCALI; el pasado 26 de febrero o la situación del sindicato de Conductores de Taxi de la ciudad de Cartagena en donde han asesinado a cuatro (4) miembros, o la situación de los educadores y trabajadores de la salud siendo estos los sectores más golpeados. (05/03/2004)

Argentina y Brasil en busca de una estrategia comun

La elaboración de un plan en ese sentido fue acordada recientemente en Caracas por los presidentes brasileño, Luiz Inácio Lula Da Silva, y argentino, Néstor Kirchner.

El diseño de una estrategia conjunta entre Argentina y Brasil, orientada a las negociaciones con los organismos de crédito, abre hoy nuevas perspectivas en los esfuerzos por romper los esquemas que rigen a esas instituciones.

El anuncio de ese pacto ocurre en momentos en que el Grupo de los Siete países más ricos del mundo, virtuales dueños del Fondo Monetario Internacional (FMI), arrecia sus presiones sobre Argentina para que el gobierno aumente los pagos de la deuda con sus acreedores privados, interrumpidos desde diciembre de 2001. También se produce después de la caída verificada en la economía brasileña, sujeta a severos ajustes impuestos por el FMI.

El acuerdo no significa que ambos gigantes vayan a realizar negociaciones conjuntas sobre el problema de la deuda externa con las instituciones de crédito, sino que encararán de manera mancomunada los vínculos con esos organismo, según explicó el embajador brasileño en Argentina, José Botafogo Goncalves.

Juntos, Brasil y Argentina acumulan un endeudamiento cercano a los 500 mil millones de dólares y sus economías representan más de la mitad del Producto Interno Bruto (PIB) de Sudamérica.

Por su lado, el FMI insiste en endurecer los ajustes en ambos países al reclamar mayores su-perávits fiscales para el pago de la deuda.

De acuerdo con Botafogo Goncalves, el objetivo trazado por Kirchner y Lula es 'encontrar posiciones comunes para cambiar la metodología de negociación con el FMI', porque 'hay que compatibilizar las políticas de ajuste con las de desarrollo'. Esa última idea ha sido defendida con fuerza por el gobernante argentino desde finales del 2003, cuando presentó la propuesta a los acreedores privados de pagar la deuda con una

reducción del 75% de su valor nominal, como única forma de preservar la incipiente reactivación de la economía.

El FMI acaba de realizar la segunda revisión del acuerdo suscrito con Argentina en septiembre pasado y nadie duda de una calificación positiva en lo referido a los llamados aspectos cuantitativos del convenio. Sin embargo, en el lado de las cualidades el Fondo, impulsado a su vez por varias capitales con fuerte poder de decisión en el organismo, otorga prioridad al tema de la deuda con los acreedores privados.

Según ha reiterado Buenos Aires, sin el visto bueno de la dirección del FMI a la segunda revisión, el gobierno no extraerá de la reserva del Banco Central tres mil 100 millones de dólares para pagar un vencimiento de su deuda con esa institución que expira el 9 de marzo.

Como parte del camino hacia la alianza anunciada en Caracas, durante la semana que concluye ahora Lula por su parte mantuvo conversaciones telefónicas con los presidentes norteamericano, George W. Bush, y francés, Jacques Chirac, el canciller federal alemán, Gerhard Schroeder, y el jefe del gobierno español, José María Aznar.

El contenido de lo tratado en esos intercambios fue comunicado por Lula a Kirchner y, según se informó en Buenos Aires, consistió en explicar la esencia del acuerdo de establecer una posición común en las negociaciones con los organismos de crédito, dirigida a 'redefinir la relación Norte-Sur y el perfil del subcontinente'.

De ahora en adelante, la relación de Brasil y Argentina con las instituciones multilaterales defenderá 'el desarrollo con equidad y el crecimiento sustentable que permita a los países hacer frente a sus deudas', según una nota difundida aquí por la agencia oficial Télam. (*Argenpress, 06/03/04*)



Informe final de la Comisión Mundial - La Comisión Mundial sobre la Dimensión Social de la Globalización fue instituida por la Organización Internacional del Trabajo (OIT) en febrero de 2002. La Comisión fue un organismo independiente creado para dar respuesta a las necesidades de las personas que resultan de los cambios sin precedentes que la globalización provoca en sus vidas, sus familias y en la sociedad donde viven.

La Comisión estudió las distintas facetas de la globalización, la diversidad de las percepciones de la opinión pública acerca del proceso y sus repercusiones en el progreso económico y social.

Además, buscó nuevos métodos que permiten combinar objetivos económicos, sociales y medioambientales teniendo en cuenta los conocimientos existentes en el mundo entero. Al formular sus recomendaciones, la Comisión trató de fundamentarlas en un amplio consenso de opinión entre todos los principales actores. El informe final de la Comisión ha sido publicado en febrero de 2004.

La globalización es uno de los asuntos que más intensamente se debaten en las agendas políticas del presente. Asimismo, el debate tiende a fragmentarse, pues las opiniones frecuentemente se polarizan según criterios políticos o geográficos. Algunos culpan a la globalización de agudizar el desempleo y la pobreza, otros opinan que es el medio de solucionar esos problemas. La atención general y la investigación se concentran en los mercados y en las ganancias o pérdidas económicas que reportan, en lugar de concentrarse en los efectos de la globalización en la vida y el trabajo de las personas, su familia y la sociedad a la que pertenecen.

La falta de consenso dificulta la elaboración de políticas en el plano nacional e internacional. Como consecuencia del enfoque inadecuado del aspecto humano de la globalización, no existe una buena comprensión de las fuerzas que impulsan los cambios ni de la forma en que las personas reaccionan ante

ellas. Sin embargo, esa comprensión es necesaria para elaborar políticas que constituyan respuestas adecuadas.

Habida cuenta de estos antecedentes, en febrero de 2002, la Organización Internacional del Trabajo constituyó la Comisión Mundial sobre la Dimensión Social de la Globalización. Se trató de un organismo independiente que se propuso lograr que el debate pasara del enfrentamiento al diálogo y, de esta manera, preparar las condiciones para la acción. ¿Por qué medios los beneficios de la globalización podrían alcanzar a un mayor número de personas?

La Comisión exploró métodos nuevos y de acción duradera para combinar objetivos económicos, sociales y medioambientales con el fin de que la globalización sea útil para todos. Mediante la utilización de los mejores conocimientos existentes, al formular sus recomendaciones se basaron en un amplio consenso de opinión entre los principales actores interesados. El informe final de la Comisión fue publicado en febrero de 2004.

La Comisión fue financiada principalmente por el presupuesto ordinario de la OIT. [Ginebra, 24 de febrero de 2004] <http://www.ilo.org/public/spanish/wcsdg/index.htm>

Mujeres denuncian retroceso de sus derechos en América Latina - Sin embargo, en la

El día 8 de Marzo es dedicado desde 1922 a la lucha internacional de las mujeres por las condiciones mínimas de vida y participación social para el género femenino. Las mujeres, que siquiera han sido incluidas en la Declaración de los Derechos Humanos de la célebre Revolución Francesa, intensificaron las protestas en el pasaje del siglo XIX para el XX, cuando las sufragettes (defensoras del sufragio femenino) y las trabajadoras tomaron las calles, primero en Estados Unidos y luego de Europa, conquistando del mundo masculino el derecho a tener derechos.

actualidad de América Latina, las mujeres están notando que no sólo las violaciones históricas a los derechos femeninos persisten, como incluso las garantías legales adquiridas tras duras represiones están desapareciendo. 'En la realidad lo que hay es un retroceso en la materia, una falta de continuidad en los proyectos y una grave amenaza al Estado laico', afirman las académicas de la Federación de Mujeres Universitarias (Femu) de México, país conocido internacionalmente por las ejecuciones continuas de mujeres en Ciudad Juárez, hasta ahora dejadas sin solución por las autoridades mexicanas.

De principio, las mujeres no tienen resguardados ni sus cuerpos. De acuerdo con la Amnistía Internacional, al menos una de cada tres mujeres en el mundo ha sido golpeada, obligada a mantener relaciones sexuales o sometida a algún

otro tipo de abusos en su vida. En Chile, por ejemplo, según datos del Centro de Análisis de Políticas Públicas de la Universidad de Chile, en la región metropolitana de Santiago, un 50,3% de las mujeres ha sido violentada.

Las violaciones de los derechos de las mujeres, que incluyen discriminación, tortura, esterilizaciones forzadas, violencia de género, prostitución y pornografía, reposan en una profunda y falsa creencia no asumida pero mantenida por mujeres y hombres en la inferioridad femenina. Esta creencia coloca a las mujeres en posición marginal, destinadas a se contentar con las sobras de los beneficios de la civilización.

Según el Informe Mundial sobre la Educación para Todos, titulado 'Género y Educación para Todos: Paridad e Igualdad', que será divulgado por la UNICEF en el Día Internacional de la Mujer, más de 56% de los 104 millones de los menores no escolarizados hoy en el mundo son niñas, y más de los dos tercios de los más de 860 millones de analfabetos del mundo son mujeres.

Pero, las restricciones impuestas a las mujeres están esparcidas en toda la vida social, principalmente en sus campos menos visibles como el sistema penitenciario. Conforme el Diagnóstico sobre la Situación de los Derechos Humanos de las Mujeres en México, 'el Estado no garantiza las condiciones necesarias para la rehabilitación de las reclusas y, sobre todo, no ha atendido la problemática de hacinamiento y de convivencia de las madres reclusas y sus hijos que viven en los penales', además de ser 'juzgadas más severamente que los varones por los mismos delitos y cumplen penas más severas'.

Hacia al exterminio de las mujeres- Los abusos cometidos en contra las mujeres atingen el más alto grado en determinados países de América Latina por asumir la proporción de la destrucción física. A pesar de que la violencia en contra de las mujeres es generalizada en Centroamérica, las más afectadas por ésta son las guatemaltecas, pues de los 840 femicidios registrados en la región el año pasado, 383 se registraron en el país.

La mayoría de las víctimas fue asesinada con arma de fuego, luego de ser violada y torturada, según un monitoreo realizado por el Centro de Reportes Informativos sobre Guatemala (Cerigua) en los medios de comunicaciones locales.

Otra de las naciones con un índice elevado de asesinatos de mujeres es Honduras, país en el que fueron asesinadas 59 mujeres en el 2003, mientras que en lo que va del año el número asciende a 11, hechos que algunas organizaciones de derechos humanos del país, califican de limpieza social.

Un dato curioso es que, a pesar que Costa Rica es el país centroamericano con el menor número de femicidios de la región, la Asamblea Legislativa aprobó un Proyecto de Ley que establece penas severas a quien agrave física, sexual o emocionalmente a una mujer; una muestra de ello es que en los asesinatos la condena puede llegar hasta los 35 años de prisión.

Pero las soluciones legales generalmente no son acompañadas del suministro de condiciones concretas de seguridad. Según el reporte sobre la situación mexicana citado arriba, hace falta a los gobiernos 'avanzar en asuntos como atención a las víctimas de violencia intrafamiliar, que carece de instituciones y espacios suficientes para albergar a las mujeres que la padecen o que están en situación de riesgo'.(ADITAL - CERIGUA - CIMAC - AI, 07/03/2004)

Apoio

CAW, CLC, USWA-CA, CGT/Fr, CFDT, CGIL, CCOO, Solidarity Center/AFLCIO